

...: Imprimir ...:



Câmara de Vereadores de Bagé
Poder Legislativo Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 5.850, DE 24/11/2017

Orça a Receita e Fixa a Despesa do Município de Bagé para o Exercício de 2018.

DIVALDO LARA, Prefeito Municipal de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores de Bagé, APROVOU e eu SANCIONO a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Orçamento para o exercício de 2018, orça a receita e fixa a despesa em R\$ 395.321.560,00 (trezentos e noventa e cinco milhões trezentos e vinte e um mil quinhentos e sessenta reais) para a Administração Direta e Indireta.

Art. 2º A receita será arrecadada em conformidade com a legislação vigente e de acordo com o anexo I.

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com as seguintes especificações:

- I** - por projetos e atividades – conforme anexo II;
- II** - por categoria econômica – conforme anexo III;
- III** - pessoal ativo e inativo – conforme anexo IV;
- IV** - por unidades orçamentárias – conforme anexo V.1 – 367892976.

Art. 4º Os quantitativos alocados aos Projetos, Atividades e Operações Especiais, representam custos previsionais e serão ajustados automaticamente, com base nos dados relativos à efetiva realização dos gastos, respeitando os limites globais estabelecidos, por elementos de despesas, em cada Unidade Orçamentária.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto nos [arts. 7º 42 e 43 da Lei nº 4.320/64](#) e no [art. 165, § 8º da Constituição Federal](#), a:

I - abrir crédito suplementar para atender despesas relativas à aplicação ou transferências de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II - abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto, atividade, operações especiais ou programa de trabalho, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III - abrir crédito suplementar com saldo de recurso vinculado não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

IV - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da receita orçada com amparo no [parágrafo 8º inciso III, art. 165 da Constituição Federal](#), desde que utilize recursos apontados no [art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64](#);

V - adotar medidas que julgar necessárias e/ou convenientes para ajustar o ritmo da despesa ao comportamento da arrecadação da receita, podendo inclusive, aprovar por Decreto, plano de contenção de gastos variáveis.

Art. 6º Fica fazendo parte integrante da presente Lei os seguintes anexos:

I - memórias de cálculos da forma estabelecida no [artigo 12, da LC 101/2000](#) e [art. 22, da Lei nº 4320/64](#), com receita, despesa por órgão e resumo geral da despesa;

II - orçamento contendo a administração direta (Executivo e Legislativo) e a administração indireta (autarquias e empresas dependentes);

III - orçamento da seguridade social;

IV - mensagem que conterá a exposição circunstanciada na forma do I, [do artigo 22 da Lei 4320/64](#);

V - anexo de compatibilização do orçamento com as metas prioritárias da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - adendo V, anexo VI – Programa de Trabalho;

VII - adendo VI, anexo VII - Programa de Trabalho e Governo-Demonstrativo de Funções, subfunções e

programas por projetos, atividades e operações especiais;

VIII - adendo VII, anexo VIII – demonstrativo da despesa por Função, Subfunção e Programas, conforme o vínculo com os Recursos;

IX - adendo VIII, anexo IX – demonstrativo da despesa por Órgão e Funções.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BAGÉ, 24 de novembro de
2017.*

DIVALDO LARA
Prefeito Municipal

EDUARDO DEIBLER
Secretário/GEPLAN

CLEMENTINO MOLINA
Chefe de Gabinete